

A decomposição do Estado brasileiro

J.O. de Meira Penna

Percebe-se geralmente, na opinião pública, um crescente pessimismo quanto aos rumos do País. Concomitantemente, a imprensa e as redes de televisão (o Estadão, este jornal, o Jornal do Brasil, a revista Veja e a Visão, a rede Globo, entre outros) movem uma campanha ruidosa e progressivamente mais agressiva no que diz respeito aos escândalos da administração pública, aos altos salários dos marajás, ao desperdício da burocracia, ao déficit orçamentário que, calculado em 20 bilhões de dólares anuais, 8% do PIB, é a fonte quase exclusiva da inflação incoercível que arruína a Nação. O meu argumento é que o sentimento de descalabro nacional e a crítica feroz à burocracia são faces diversas de um mesmo fenômeno: registra-se, obviamente, uma crise de confiança no Estado brasileiro. O País anda bem, o que anda mal é o governo. O Brasil cresce durante a noite, porque durante a noite políticos e burocratas dormem... O obstáculo que se ergue ao pleno desenvolvimento da nacionalidade não tem outra origem senão esse mal-estar, provocado por um corpo em decomposição. Em última análise, talvez seria esse fato motivo para otimismo...

J. Nêumanne Pinto, a 14 de agosto nesta folha, depois de se referir às análises de Bertrand de Jouvenel sobre o poder do Estado, sugere como possível saída eleições gerais em 1988. Eu concordaria com Nêumanne se não fosse cético quanto ao recurso eleitoral, numa população inculta e com uma classe política tão despreparada e tão comprometida como a omertà da Cosa Nostra patrimonialista. O meu argumento é que a crise do Estado é profunda mas esse Estado está tão enraizado na nossa história, nos costumes de um povo passivo, no entranhado paternalismo de nossa vivência coletiva, como a Máfia na Sicília, que normalmente levará décadas para se corrigir e reduzir seu poder. Meu pessimismo pode ser ilustrado por umas cenas a que assisti na TV há alguns meses, quando um insignificante tremor de terra abalou uma cidadezinha nordestina. A população, alarmada, nada fazia para enfrentar o fenômeno por si mesma, mas apelava desesperadamente para o governo. Mulheres histéricas pediam a ajuda do governo. Um exaltado culpava o governo pelo terremoto. Este país de gente desfiada por séculos de paternalismo estatal não se convencerá tão cedo que terá de pagar um alto preço por sua emancipação política, para um nível mais alto de responsabilidade individual.

Vejo neste país quatro classes bem nítidas, em inextricável tessitura de interesse, e três delas têm seu futuro investido na manutenção do status quo. A primeira classe é a do feudalismo nordestino que viceja à sombra do Estado e se locupleta com o poder do Estado: em Alagoas, por exemplo, em que pese o brilho e a coragem de Collor de Mello, a maioria da população é parasita do Estado, nada produz, mas sobrevive à custa de recursos federais. Vejam a participação desproporcional de políticos oriundos dos estados mais vagabundos da União na administração pública. A segunda classe é a do que mestre Gilberto Freyre chamava os "intelectuários": o intelectual que não tem outro desejo do que se tornar funcionário e para qual o "socialismo" se transforma numa ideologia legitimadora de seu próprio parasitismo (leiam o livro de G. Konrád e Ivan Szelényi, The

Intellectuals on the Road to Class Power, NY 1979). A incoerência relacionada com o paradoxo foi revelada em recente inquérito do Jornal do Brasil entre jovens universitários cariocas: a maioria se pronunciou pela propriedade privada (64%), mas (45% contra 33%) se declarou também "socialista" e contra o capitalismo. Como explicar a contradição e a irracionalidade dessa massa epimeteana? Brotos de intelectuários se querem "modernos" e já ouviram falar nos méritos da economia liberal, mas o empenho covarde de alcançar o emprego público numa economia estagnada é ainda mais forte. Não podem repudiar um "socialismo" que para eles representa a promessa existencial da sinecura. A terceira classe é a dos burocratas. Calculem que, entre funcionários, federais estatutários e CLT, empregados das empresas estatais, funcionários dos estados e dos cinco mil municípios e mais um milhão de professores da rede pública, empregados do Judiciário, membros das Forças Armadas e das polícias, e aposentados, deve haver entre sete e oito milhões de pessoas que dependem absolutamente do Estado (eu sou um deles!). Com suas famílias representam no mínimo 40 milhões de brasileiros impródutivos ou só parcialmente produtivos! Alguém pode acreditar que essa massa da população estaria disposta a largar o osso voluntariamente? A quarta e última classe, ativa apenas em São Paulo e no Sul do Brasil, é a única que sustenta as demais e se aproveitaria imediatamente, em número e poder, do desmantelamento do dinossauro burocrático. São os fazendeiros, os profissionais liberais, os industriais do Sul do País, os pequenos empresários, os comerciantes em geral e uma massa de trabalhadores que um dia, talvez (queira Deus!), perceberão que seu futuro mais brilhante seria melhor assegurado pela expansão de uma economia capitalista do que por sua "proletarização" às mãos da Nomenklatura tupiniquim. Não vejo senão poucos líderes emergentes, capazes de lutar contra o dinossauro como Perseus ou S. Jorge contra o dragão. Líderes com suficiente inteligência e carisma para convencer a população de que o desastre econômico e financeiro que ameaça a Nação não cabe ao FMI, mas ao déficit público — déficit quase inteiramente consumido na manutenção do clientelismo parasitário. Vejo alguns desses líderes. O sr. Calado, por exemplo, presidente da UDR; ou o sr. Afif Domingos, que procede da iniciativa privada e fez sua campanha em termos de liberalismo (não confio, incidentalmente, no presidente do PL, que também é um burocrata empedernido e já se atreveu a fazer declarações demagógicas populistas para angariar simpatia). Homens desse quillate são poucos para enfrentar a massa da Cosa Nostra enquistada no poder. O Estado domina o Brasil mesmo antes do descobrimento. O Estado é anterior à sociedade! O País já lhe pertencia desde o Tratado de Tordesilhas, de 1494. Não vejo muita esperança de reduzir esse império secular em poucos anos, a não ser pela pressão mimética por parte da "sociedade exemplar" da Europa e América do Norte, com seu novo modelo de liberalismo econômico; e por muitos anos de sofrimento e de angústia ante a monumental incompetência e corrupção de um organismo tupiniquim em processo de decomposição.